

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 196, DE 2007

Acrescenta inciso ao art. 37 da Constituição Federal, para reservar cargos e funções para mulheres.

Autora: Deputada GORETE PEREIRA e outros

Relator: Deputado RODRIGO PACHECO

I – RELATÓRIO

A Proposta de Emenda à Constituição em epígrafe, cujo primeiro signatário é a Deputada GORETE PEREIRA, pretende acrescentar inciso ao art. 37 da Constituição Federal para reservar cargos e funções para mulheres na Administração Pública.

Segundo a Autora, a mulher continua a ser relegada a papéis secundários em nosso País. Considera que, na iniciativa privada, as mulheres têm mais dificuldade de admissão e são remuneradas em valor inferior aos homens para exercerem as mesmas atribuições. No serviço público, entende que a discriminação se evidencia no acesso aos postos de direção, chefia e assessoramento, em sua maioria ocupados por homens.

A Secretaria-Geral da Mesa noticia nos autos a existência de número suficiente de signatários da proposição em análise.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a este Órgão Técnico o exame da admissibilidade de propostas de emenda à Constituição, a teor do disposto no art. 202, *caput*, do Regimento Interno.

Analisando a Proposta sob esse aspecto, não vislumbro nenhuma ofensa às cláusulas invioláveis do texto constitucional, à luz do disposto no art. 60 da Constituição Federal. A PEC em consideração não ofende a forma federativa de Estado, o voto direito, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Verifico, ainda, que o número de assinaturas confirmadas é suficiente para a iniciativa de proposta de emenda à Constituição, conforme informação da Secretaria-Geral da Mesa.

Não há, outrossim, nenhum impedimento circunstancial à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição: não vigora intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

Caberá à Comissão Especial a ser designada para a apreciação da matéria a análise do mérito da proposição, assim como sua conformação ao que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração dos atos normativos.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto no sentido da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 196, de 2007, reservando para o momento oportuno o exame da conveniência e adequação do mérito.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado RODRIGO PACHECO
Relator

2015_12491